
CONSUMO RESPONSÁVEL NO LIMITE DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Bárbara C. G. Zeferino
Faculdade Raimundo Marinho
Instituto de Ensino Superior Santa Cecília

Resumo

O presente artigo trata sobre a problemática discussão do consumo responsável que vem crescendo diante da frequente e ameaçadora destruição do meio ambiente e da emergência de alternativas para garantir um consumo que não agrida a natureza e consequentemente a vida humana. Essa problemática tem tornado a ideia de defesa de mudanças na forma de consumo como a saída para os diversos problemas, próprios da estrutura da lógica do capital, como a desigualdade social, o desemprego, a exploração da força de trabalho, a produção de descartáveis e a degradação ambiental entre outros.

No entanto, iniciativas como essa, ainda que travem a necessidade da discussão e ganhem um caráter de denúncia sobre as ofensivas da lógica do capital, estão no limite deste modo de produção. Nesse sentido buscamos demonstrar os limites do consumo responsável para a erradicação dos problemas estruturais do capital.

Palavras-chave: Consumo responsável. Capital. Trabalho

Abstract

This article deals with the problematic discussion of responsible consumption that is growing in the face of frequent and threatening destruction of the environment and the emergence of alternatives to ensure an intake that does not harm nature and therefore human life. This issue has made the idea of defense in the form of consumption changes

as the output for various problems, fit the structure of the logic of capital, such as social inequality, unemployment, exploitation of labor, the production of disposable and environmental degradation among others. However, initiatives such as this, yet they lack the need for discussion and gain a character of complaint about the offensive logic of capital, are at the limit of this mode of production. In this sense we demonstrate the limits of responsible drinking to eradicate the structural problems of the capital

Keywords: Responsible consumption. Capital. Work.

Introdução

Nas últimas décadas, com a ofensiva do capital ao trabalho marcada pela flexibilidade na produção e nas leis trabalhistas, com o crescimento do desemprego estrutural¹, a economia solidária tem sido apontada como um instrumento de resistência e de fortalecimento da luta dos trabalhadores contra as ofensivas capitalistas.

No entanto, a economia solidária mais do que um instrumento de luta, tem se constituído para alguns grupos (movimentos sociais, partidos de esquerda e intelectuais) como o meio pelo qual se construirá um sociedade justa e igual. Fortalecendo e estimulando iniciativas como: cooperativas, desenvolvimento sustentável, comércio justo e consumo ético ou responsável. É sobre este último que iremos tratar, apresentando elementos críticos que problematizam a sua funcionalidade como instrumento de resistência e de luta contra o capital.

Apoiados na perspectiva marxiana, buscamos abordar primeiramente os pressupostos ontológicos para o trato da questão. Compreendendo, a partir de Marx, que o trabalho é o fundamento do ser social, pois é a atividade em que o homem realiza o intercâmbio com a natureza para a produção e reprodução da vida.

¹ Sobre desemprego estrutural, ver MÉSZÁROS.

O trabalho é a atividade universal, necessária em qualquer forma de sociabilidade, pois cria valor de uso, ou seja, bens úteis para a humanidade. Esta é a forma concreta do trabalho, que, no entanto, se particulariza em determinadas condições históricas.

Na sociedade capitalista essa atividade se configura como trabalho assalariado, que se apresenta de forma alienada, subordinado aos ditames do capital, que objetiva a sua reprodução e acúmulo em detrimento das necessidades e do desenvolvimento humano.

A sociedade regida pelo capital tem como fundamento o trabalho assalariado, a propriedade privada que representa a principal contradição do sistema capitalista: a produção social da riqueza e a sua apropriação privada; e a produção e consumo de mercadorias, onde se produz e se realiza a mais-valia respectivamente.

Com a pretensão de se opor à exploração e às desigualdades sociais provenientes dessa forma de organização social do trabalho, a economia solidária ressurge, no Brasil, com força na década de 90, século XX, como uma alternativa ao desemprego em massa, como uma forma de propiciar renda e trabalho não só para as famílias desempregadas da cidade como do campo.

Nesse contexto diversas iniciativas passaram a ser incentivadas e desenvolvidas por movimentos sociais, por trabalhadores de fábricas falidas, por entidades universitárias e até por entidades ligadas à Igreja Católica.

Nos últimos anos com o apelo consumista engendrado pelos meios de comunicação de massa para atender à produção destrutiva, aumentando o consumo de artigos descartáveis – marcados pela intensa exploração do trabalho e pela degradação do meio ambiente –, diversas entidades e movimentos sociais passaram a se preocupar com formas de produção e de consumo que respeitem o meio ambiente e os direitos trabalhistas.

As campanhas para um consumo responsável² apresentam não só um discurso de preocupação com um desenvolvimento sustentável como também atribuem ao indivíduo (na esfera do consumo) a responsabilidade em combater dessa forma a exploração humana e a destruição ambiental.

Diante dessa problemática, apoiados na teoria marxista, pretendemos demonstrar a inviabilidade do consumo responsável ou ético como instrumento de transformação social. Evidenciando seus limites na sociedade regida pelo capital.

1. Pressupostos ontológicos para entender a questão

Apoiados em Marx partimos do pressuposto de que o trabalho é a categoria que funda o ser social. O homem, para sobreviver, precisa atender as suas necessidades vitais, como comer, morar etc. A atividade na qual ele produz os bens materiais necessários a sua reprodução social é o trabalho.

Antes de realizar qualquer outra atividade social, ele precisa atender às próprias necessidades biológicas, independentemente de qualquer sociabilidade na qual esteja inserido, e para isso é preciso transformar a natureza em bens materiais úteis e adequados a sua existência. Nesse processo transforma a si mesmo ao adquirir novas habilidades e necessidades. De acordo com Marx e Engels (1984, p.15):

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida [...]. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

² Como por exemplo a Rio-20, as campanhas publicitárias de empresas como a Vale do Rio Doce e até a campanha da fraternidade de 2010, com o tema: “Economia e Vida”.

Nesse processo de humanização, em que o homem se autoconstrói enquanto indivíduo e parte da totalidade social, o trabalho é, conforme Marx (1988), condição universal e eterna da vida humana, presente em qualquer forma de sociedade, pois é a atividade fundante que permite a produção e a reprodução da vida.

Este é o trabalho dito concreto, que cria valor de uso; é o intercâmbio entre o homem e a natureza, De acordo com o Marx (1988, p.146):

O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.

Apesar de ser uma atividade universal, o trabalho se efetiva de forma particular em determinadas condições históricas. Nas sociedades de classes, a produção material torna-se uma atividade coagida, pois uma classe é obrigada ao trabalho, a produzir os bens necessários que serão apropriados pela outra classe que não trabalha.

Na sociedade regida pelo capital, o trabalho torna-se uma atividade alienada, que em vez de realizar o trabalhador, o desumaniza, enquanto o produto do seu trabalho ganha uma força dominadora e estranha a ele. Conforme Marx (2004, p.112), “[...] quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio.”

A alienação do trabalho consiste em uma atividade forçada, de subsistência do trabalhador, pois ela se transforma em meio de vida. Nela se tem uma negação (perda de si mesmo) do trabalhador, uma vez que o seu trabalho, assim como o produto deste, não lhe pertence, mas pertence ao outro que compra sua força de trabalho.

O trabalho na sociedade capitalista não é uma atividade alienada apenas por ser uma atividade que explora uma determinada classe em favor de outra³. Mas, por ser a atividade que tem como base a produção de mercadorias para acúmulo e expansão do capital com a extração de mais-valia.

Ao contrário das demais sociedades de classes, nas relações sociais de produção sob a regência do capital, o trabalho e o produto dele não aparecem como resultado de relações de dependência pessoal⁴, mas como relações entre mercadorias.

O processo de consolidação da sociedade capitalista é marcado pelo surgimento de duas classes principais⁵, antagônicas, possuidoras de mercadorias distintas que se completam e se defrontam. Essas duas mercadorias entram em contato e se defrontam numa aparente relação de igualdade, pois reduzem a relação entre o possuidor⁶ das condições de trabalho e subsistência e o trabalhador⁷, a uma simples relação de compra e venda sob a qual se mascara a exploração fundamentada no trabalho assalariado, na propriedade privada e na extração da mais-valia.

Desse modo, as relações sociais de produção aparecem como relação entre coisas. Em que os produtos do trabalho assumem não só a forma de mercadorias, mas estas assumem formas autônomas, independentes, como se tivessem vida própria, capazes de estabelecer “relações entre si e com os homens” (MARX, 1988, p.71). É o que Marx denomina de fetiche da mercadoria.

Na sociedade capitalista há um processo de coisificação do homem e valorização da mercadoria, em que o trabalhador torna-se cada vez mais pobre quanto mais riqueza

³ Pois, nas demais sociedades de classes, o trabalho também se configurava pela exploração e pelo domínio de uma classe sobre a outra.

⁴ Como se dava na relação de produção na Idade Média, em que servos, vassallos e senhores feudais estabeleciam uma relação de dependência pessoal. Sobre isso ver Marx (1988).

⁵ Classe trabalhadora e a classe dominante, os capitalistas.

⁶ Capitalista que detém o monopólio dos meios de produção e subsistência, e compra o trabalho alheio para que este transforme esses meios em capital, em mais-valia.

⁷ Que vende a única coisa que possui, a força de trabalho, em troca de sua subsistência que no modo de produção capitalista é paga em salário.

produz; uma mercadoria cada vez mais barata quanto mais a sua produção se expande. Segundo Marx (2004, p.111), “com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”.

Nas relações sociais de produção sob a regência do capital, essa relação entre homens que aparecem como relação entre coisas é assinalada pela propriedade privada e pelo fetiche da mercadoria, marcado pelo apelo ao consumo.

Assim como o trabalho que é “condição natural e eterna para a existência humana”, o consumo também é necessário e se encontra em qualquer modo de produção. Ele se constitui como um momento do processo de produção material, sendo determinado pela esfera da produção.

O consumo se efetua, portanto, como parte do processo de consumo produtivo e individual, em que o processo de trabalho não só consome meios de produção como cria valores de uso para atender as necessidades de existência humana. Marx (1988, p.146) faz uma distinção entre essas duas formas de consumo ao comentar que:

O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seu meio, os devora e é, portanto, processo de consumo. Esse consumo produtivo distingue-se do consumo individual por consumir o último os produtos como meios de subsistência do trabalho, da força de trabalho ativa do indivíduo. O produto de consumo individual é, por isso, o próprio consumidor, o resultado do consumo produtivo um produto distinto do consumidor.

A necessidade de consumo, portanto, que impulsiona e alimenta a produção de valores de uso, é mediada e determinada pelo caráter de como se efetiva a atividade produtiva, pois segundo Marx (2008, p.246):

A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come por meio de uma faca ou de um garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes. A produção não produz, pois, unicamente objeto de consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, produz objetiva e subjetivamente.

Nas relações sociais capitalista, que tem como base a produção de mercadorias, é o valor de troca das mesmas, e não o valor de uso, que determina a esfera do consumo, marcado inclusive pelo privilégio de uma determinada classe⁸ que detém o controle do processo de produção.

São essas relações que definem o poder, a qualidade e a quantidade de consumo na sociedade. Para entendermos essa questão abordaremos os momentos do processo de produção e sua cisão na sociedade capitalista.

2. A cisão entre produção, distribuição e consumo e o cooperativismo

No processo de reprodução social encontramos três momentos principais que compõem a produção material; são as esferas da produção, da distribuição e do consumo. Esses momentos são distintos, no entanto constituem uma unidade dialética, com predomínio da produção. Como afirma Marx (2007, p.255):

[...] não é que a produção, a distribuição, a troca e o consumo, são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade. A produção excede-se tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, que

⁸ Burguesia ou capitalistas que detém o monopólio dos meios de produção.

ultrapassa os demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela.

Ainda conforme o referido autor (2007, p.255), “Uma ação recíproca ocorre entre os diferentes momentos. Esse é o caso para cada todo orgânico.” Em outras palavras, se a distribuição sofre uma modificação, a produção também modifica, e se houver uma variação no consumo, a produção também varia. No entanto, a produção é o momento determinante, pois o processo social tem início a partir dela e sua organização é determinada por ela.

Na sociedade do capital, tais esferas aparecem cindidas e como momentos independentes, principalmente da base ontológica, a produção, que também está em radical oposição com seu controle. A cisão desses momentos marca a principal contradição do sistema do capital: a produção da riqueza cada vez mais social e a apropriação cada vez mais privada.

A classe trabalhadora produz a riqueza social sem exercer controle sobre esta forma de produção, sendo inclusive privada do acesso, ou seja, da apropriação da riqueza que produz. Enquanto a classe burguesa decide e controla a forma de produção, bem como se apropria privadamente dos bens produzidos pelos trabalhadores.

A ausência de unidade entre produção, controle, consumo e distribuição é apontada por Mészáros como um defeito estrutural do capital – pois a própria estrutura do capital é composta por antagonismos, por relações de conflitos que sustentam, ou seja, que fazem parte da própria composição (estrutura vital) do capital – em que tais esferas se contrapõem, adquirem uma independência, isolam-se e opõem-se umas às outras.

O consumo assume uma dimensão central e apelativa no modo de produção capitalista, pois é o momento em que a mais-valia se realiza, em que as mercadorias são consumidas para acúmulo e expansão do capital.

A produção e o consumo de mercadorias são definidos pelo valor de troca e não pelo seu valor de uso dessas, e tal relação se generaliza na sociedade regida pelo capital. De acordo com Marx (1988, p.45), “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar.”

Na sociedade capitalista, o mercado assume uma dimensão nunca antes vista na história da humanidade. Ele se torna o regulador da reprodução social, ou seja, é por meio dele que as pessoas adquirem os bens materiais necessários à vida, que estabelecem as relações sociais, pois tudo se torna mercadoria, inclusive a força de trabalho.

3. A proposta e os objetivos do consumo responsável

Nas últimas décadas, tem sido crescente a preocupação com um consumo responsável, ou seja, com um modo de consumo preocupado com a preservação do meio ambiente, com a utilização de produtos que não só respeitem os direitos humanos, como também contribuam com as obras de caridades (realizando doações) e de recuperação do meio ambiente.

Tudo isso se deve ao aumento visível e catastrófico da miséria e da destruição da natureza. No entanto, essas iniciativas buscam resolver a questão posta, atingindo apenas uma esfera do modo de produção capitalista e reproduzem a lógica que cindi as três esferas que compõem o processo produtivo. De acordo com Mészáros (2002, p.105):

[...] o defeito estrutural do controle profundamente enraizado está localizado na ausência de unidade. Além do mais, qualquer tentativa de criar ou superpor algum tipo de unidade às estruturas sociais reprodutivas internamente fragmentadas em

questão tende a ser problemática e a permanecer rigorosamente temporária.

Desse modo, apenas amenizam o problema, a partir da propaganda e do discurso de que a educação e a solidariedade são capazes de impedir o aumento da miséria e da destruição do meio ambiente. Buscando por meio de campanhas, e até de atividades de entidades (que surgem com esse objetivo), orientar os indivíduos sobre seus deveres e responsabilidades no momento do consumo.

O Comércio Justo é um circuito de comercialização que surge como uma alternativa ao comércio internacional convencional, e apresenta como princípios o desenvolvimento sustentável e ambiental, orientando os indivíduos a consumirem produtos que não comprometam a saúde das pessoas e nem afetem o meio ambiente; a praticar a solidariedade, consumindo os produtos que possam melhorar as condições de vida de seus produtores.

A ideia do Comércio Justo surgiu no final da década de 1960, das iniciativas que se encontravam em diversos países. De acordo com o Cadernos de Comércio Justo, nº 01⁹:

Nestas quatro décadas de existência, o CJ conseguiu provar que o lucro necessário para a sustentabilidade de qualquer atividade econômica não é incompatível com o respeito pelos direitos dos trabalhadores e pelo meio ambiente. Mas esta rede eco-solidária(*sic*) não se limita a comercializar: trabalha na cooperação para o desenvolvimento junto dos produtores e tem ainda a tarefa de sensibilização de todos nós, consumidores, para estas questões.

⁹ Esta publicação é editada no âmbito do Projeto “Consumo Responsável em Portugal: uma escolha ética para o desenvolvimento sustentável”, coordenado por Cores do Globo, em parceria com CIDAC e Reviravolta.

Convém ressaltar que, ações como estas do Comércio justo, entre outras formas de cooperativas de consumo, recebem influência de um movimento que surgiu no século XIX, na Europa, é a experiência dos “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”.

Rochdale, pequena cidade da Inglaterra, é considerada o berço do moderno e mais influente movimento cooperativista do século XIX. A experiência cooperativa que lá nasceu, foi fundada em dezembro de 1844, por trabalhadores do setor têxtil, que organizaram o cooperativismo de consumo, “[...] fruto da iniciativa de vinte e oito tecelões que buscavam um meio de melhorar sua precária situação econômica” (Pinho, 1982, p.31).

Conforme Pinho (1982), esses tecelões reuniram-se, no final do ano de 1843, para discutir as possibilidades para resolver seus problemas de sobrevivência e decidiram fundar um armazém cooperativo para a venda de alimentos, vestuários entre outros bens de consumo. Posteriormente foram desenvolvidas também em Rochdale as cooperativas de produção que não só tinham o intuito de produzir artigos para as necessidades básicas, como também gerar emprego aos membros.

Esses princípios e a experiência dos Pioneiros de Rochdale influenciam e servem de base, até hoje, às atividades cooperativas, sejam aquelas no âmbito do consumo ou da produção.

O consumo responsável, no entanto, é uma tarefa que pesa sobre o indivíduo consumidor que assume a responsabilidade de cobrar das empresas o respeito aos direitos humanos e trabalhistas, e os cuidados com o meio ambiente no processo de produção. Segundo o Cadernos de Comércio Justo, nº 01:

A ideia base que deve presidir a um consumo responsável é ter em conta o impacto social, cultural e político na sustentabilidade das sociedades e encontrarmos uma solução: consumir com consciência da proveniência, qualidade e condições da produção - por isso “consumir sem destruir”. Acrescenta-se a importância de um consumo ambientalmente sustentável

a longo prazo.

A essência da proposta do consumo responsável é o poder de decisão que é dado com grande peso ao consumidor. “Todos nós, enquanto consumidores, podemos contribuir para um Desenvolvimento Sustentável. Podemos pensar antes de comprar.” (Cadernos de Comércio Justo, nº 01.)

Na cartilha acima, são apontadas as preocupações do consumo responsável, é sobre algumas delas que vamos fazer uma sucinta análise, no entanto, categórica. Demonstrando os limites do consumo responsável como instrumento de transformação e até mesmo de ação concreta.

Sendo algumas das preocupações: “as desigualdades econômicas e sociais a um nível local e global; a pobreza extrema das pessoas e consequentes sequelas físicas e sociais; a exploração dos trabalhadores e o desrespeito pela sua dignidade; a democratização das decisões nos processos produtivos; o esgotamento dos recursos naturais - água, solo, massas florestais.”

A contradição essencial do sistema capitalista está na produção de riqueza cada vez mais social, enquanto a apropriação desta é cada vez mais privada, e com isso, tem-se a desigualdade social, na qual se encontra a concentração da propriedade privada e da riqueza num pólo, e no outro pólo, o pauperismo, com uma intensa exploração do trabalho assalariado e a alienação do trabalho, já que quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais miséria acumula para si. Segundo Marx (1984, p. 210), “[...] A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização, degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”.

A desigualdade socioeconômica e o pauperismo não são apenas consequências desta forma de sociedade como também são funcionais a manutenção da ordem vigente, por isso não podem ser resolvidos sem que se altere radicalmente as bases do modo de produção vigente.

As cooperativas de consumo e os economistas solidários cometem o mesmo equívoco que as “maiores personalidades burguesas” cometeram ao defender a superação da sociedade capitalista por meio de medidas corretivas, com a defesa da mudança da forma de distribuição e de consumo, com a permanência, no entanto, do modo de produção sob a égide do capital. Segundo Mészáros (2002, p.115, grifos do autor):

Em vez do microcosmo harmonizável, eles ofereciam remédios que, ou contornavam os problemas em jogo, pressupondo a força da Razão como solução genérica e *a priori* para todas as dificuldades e contradições concebíveis, ou inventavam planos especiais, sem qualquer base na realidade, pelos quais se deveriam encontrar as respostas para as contingências históricas perturbadoras identificadas.

Atribuir ao consumo responsável o papel de transformação do modo de produção vigente é manter um discurso idealista e equivocado, pois as bases materiais sobre as quais se sustenta a lógica capitalista se mantêm intactas, a exemplo da propriedade privada. De acordo com Ianni (2004, p.173):

Sob vários aspectos, o princípio e a prática da propriedade privada fundam as várias formas de organização social e técnica do trabalho e da produção, ou da produção, distribuição, troca e consumo. Assim se desenvolve a dependência recíproca de uns e outros, vendedores e compradores de força de trabalho, proprietários de meios de produção e trabalhadores, envolvendo sempre diversidades e desigualdades, hierarquias e estruturas de dominação, formas de apropriação e de alienação.

Quanto à exploração dos trabalhadores e do meio ambiente, também não é possível resolver por meio de medidas corretivas, recorrendo aos discursos educacionais de proteção dos recursos naturais e de melhores condições de trabalho, pois a exploração humana e ambiental é o mecanismo pelo qual o capital extrai o sobretrabalho e a matéria-prima para a produção de mercadorias. Segundo Ianni (2004, p.175), no sistema capitalista:

As formas de organização social e técnica do trabalho e da produção, envolvendo a criação dos meios de subsistência e outras mercadorias, têm sido também formas de exploração dos recursos naturais. Enquanto objeto e meio de produção, a natureza tem sido principalmente explorada, agredida, espoliada.

O capital se reproduz a partir da exploração do trabalho, que é a única atividade capaz de gerar riqueza. Para isso, o capital se apropria dos meios de produção e obriga a força de trabalho a produzir riqueza para sua expansão. Tal processo é realizado de forma destrutiva, assolando tanto o meio ambiente como a força de trabalho. Pois o capital está constantemente destruindo para produzir novas mercadorias, para garantir a competição das empresas no mercado de trabalho. Segundo Ianni (2004, p.144), essa é a “vocação do capitalismo: destruir para criar; inovar, obsoletando mercadorias e tecnologias”. É o que ele conceitua de “destruição criativa”¹⁰.

O discurso do consumo responsável se encontra em meio a um paradoxo, pois se exige do indivíduo que consuma produtos ecológicos, contribuindo assim com a preservação do meio ambiente, enquanto o modo de produção vigente se sustenta numa produção destrutiva (do meio ambiente, dos produtos e da força de trabalho) ou para usar o termo de Ianni, numa destruição criativa.

¹⁰Ianni atribui esse termo a essa capacidade que a lógica do sistema capitalista, diante da concorrência entre as empresas, tem de defasar meios de produção, mercadorias e mercados para a criação de novas tecnologias, produtos e comércios para a expansão e acúmulo do capital.

Já a ideia de “democratização das decisões nos processos produtivos”, apesar de demonstrar a possibilidade de produzir sem que seja necessário um controle hierárquico, ou seja, a partir da supressão no processo produtivo da cisão entre quem produz e quem controla/decide, ou seja, entre trabalho manual e trabalho intelectual¹¹ – democratizar as decisões nesse processo não significa controlar a lógica de mercado, ou seja, o intercâmbio social de mercadorias.

Pois, embora seja possível por meio da autogestão e da propriedade coletiva suprimir, ainda que internamente, as personificações do capital, a hierarquia – na figura do chefe, do patrão, de quem manda e decide –, a concorrência entre os indivíduos que produzem, bem como a apropriação privada dos bens produzidos e os processos de produção continuam reféns das leis de mercado, ou seja, da lógica do sistema do capital.

Tais preocupações do consumo responsável, sobre as quais ele desenvolve seus princípios com a tarefa de buscar resolvê-las, são não só preocupações pertinentes para a humanidade, como também representam a ameaça dessa forma de produção para a existência humana. Mas procurar resolver tais questões por elas mesmas, não resolve e nem alivia as contradições resultantes do modo de produção capitalista. Conforme Mézáros (2006, p.261, grifos do autor):

[...] A tarefa estratégica é a *reestruturação radical* das relações sociais de produção: a abolição da produção de mercadorias, a eliminação gradativa do dinheiro como “a força galvanoquímica da sociedade; e acima de tudo, a criação de um *ethos* radicalmente novo de trabalho, motivado pela autoconfirmação no trabalho como a atividade vital positiva do indivíduo social. E, finalmente, não basta modificar o controle dos instrumentos e instituições tradicionais de cultura e educação: a tarefa estratégica é a sua *reestruturação radical* de acordo com as tarefas amplas de transformação socialista da sociedade como um todo.

¹¹ Na empresa capitalista, o primeiro se encontra nas mãos da força de trabalho e o segundo em poder da gerência, ambos, porém sob controle do capital.

É preciso alterar a totalidade do processo orgânico de reprodução social, ou seja, é a base socioeconômica que deve ser estrutural e radicalmente modificada, pois o consumo é só o último momento do processo de produção, e partir dele seria tentar resolver superficialmente uma contradição que se encontra na raiz do processo.

Considerações finais

Diante dos pressupostos ontológicos apresentados ao longo do texto, constatamos a fragilidade e o limite do discurso e dos princípios defendidos pelo consumo responsável, como um poder capaz de **“mudar o estado das coisas”**, e das cooperativas de consumo que se apresentam como um instrumento de mudança, como uma forma de humanizar o consumo.

Na sociedade capitalista, a produção de bens materiais é marcada pelo valor de troca, ou seja, pela produção de mercadorias para obtenção de mais-valia. De tal forma que, a mercadoria passa a ser a mediação da relação entre os homens.

O mercado, enquanto regulador da reprodução na sociedade capitalista, determina não só a produção, a comercialização e o consumo de mercadorias, como também regula as relações entre os indivíduos. Pois os que detêm os meios de produção e aqueles que detêm apenas a força de trabalho precisam encontrar-se no mercado para estabelecer relações sociais de compra e venda.

O capitalista, dono dos meios de produção, precisa da força de trabalho para produzir a riqueza material, para extrair mais-valia e o trabalhador que tem apenas a

força de trabalho precisa vendê-la em troca do necessário a sua subsistência, que se expressa na forma de salário.

Nesse contexto o consumo, que é determinado pela esfera da produção que nessa forma de sociedade tem como base o valor de troca, assume um papel fundamental nas relações sociais, pois o estímulo ao mesmo, inclusive de forma impulsiva, é o mecanismo utilizado para aumentar a produção de mercadorias. Produzindo sempre novos produtos que logo entram em desuso para dar espaço a novas tecnologias, além de produzir necessidades de consumo que logo são substituídas por outras formas de consumo.

Esse movimento se dá para que o capital continue em expansão e para que haja o acúmulo do mesmo. Essa é a lógica do sistema regido pelo capital, para isso, precariza a força de trabalho, destrói o meio ambiente e até as próprias mercadorias por ele criadas.

O trabalho alienado produz também um consumo alienado, pois o processo de produção material é a esfera determinante. Não é possível humanizar a forma de produção (as condições de trabalho e de exploração da natureza como defendem os partidários da economia solidária) a partir da humanização do consumo, pois resolver a questão a partir do fim não muda o começo, ou seja, não se resolve as contradições do capitalismo com a busca de mudanças nas formas de consumo. É preciso alterar o modo de produção, onde se encontra a raiz do problema.

Não pretendemos descartar essas iniciativas de organização social contra as formas de exploração, mas ancorados pelos pressupostos ontológicos marxianos, apontamos os limites que iniciativas como estas apresentam, envoltas por um idealismo que encobre a dinâmica social (relação capital/trabalho), onde está a verdadeira raiz do problema.

A relação consumo/indivíduo é só uma dimensão da totalidade concreta, embora necessária e existente em qualquer forma de sociedade, mas no modo de produção vigente, o consumo é marcado pela propriedade privada burguesa, pelo trabalho assalariado e pela produção de mercadorias para o acúmulo do capital a partir da extração de mais-valia. É, portanto, a produção material da vida que deve ser

radicalmente modificada, pois, parafraseando Marx, é a vida que determina a consciência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital – Crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital – Crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 2**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **O Capital – Crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Manuscritos Econômicos – Filosóficos**. [tradução Alex Marins]. São Paulo: Martin Claret, 2004.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro.** São Paulo: CNPq, 1982.

CORES DO GLOBO, PESQUISA REVIRAVOLTA & OLIVEIRA, Sandra (Org.). **Consumo responsável: questões, desafios e guia prático para um futuro sustentável.** In: *Cadernos do Comércio Justo, nº 01.*

REVISTA
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA